

Direitos humanos e leitura pública: humanização e cidadania pela prática da leitura

Human Rights and public reading: humanization and citizenship by reading practice

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2022v40n85p47-60>

GRINAURA MEDEIROS DE MORAIS¹

MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO²

RESUMO: Este artigo é permeado pela interdisciplinaridade – leitura social, literatura, Direitos Humanos e Educação –, resultado de um projeto de pesquisa realizado com estudantes do ensino médio e com graduandos do Curso de Pedagogia/UFRN, cujo objetivo era o fomento do ato de ler, instigando a leitura formativa como transformadora das realidades sociais. Ele se orienta pelo propósito de refletir sobre a leitura pública atrelada aos Direitos Humanos e discute um itinerário, em construção, de saberes para o aperfeiçoamento humano. A construção de redes de sociabilidades em leitura suscita processos históricos em que circulam ideias, sensibilidades e construção de si.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos; leitura pública; interdisciplinaridade.

ABSTRACT: This paper is permeated by the interdisciplinary – social reading, literature, Human Rights and Education, result of a research project performed with highschool students and UFRN Pedagogy course students and its object was to encourage the reading act, stimulating the formative reading as a social realities changer. It is guiding by the purpose of reflecting about public reading connected to Human Rights, and discuss an itinerary to

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Rio Grande do Norte, Brasil

2. Universidade Federal da Paraíba – Paraíba, Brasil

human improvement. The sociability nets building in reading draws historical processes that ideas, sensibilities and itself building transit.

KEYWORDS: Human rights; public reading; interdisciplinary.

INTRODUÇÃO

As leituras de títulos literários retratando a sociedade em diversos tempos³ foram as fontes de inspiração que deram origem a este artigo. Seu enfoque gira em torno da leitura pública e do ato de ler, e reflete, a partir de lentes interdisciplinares e transdisciplinares, sobre temas que articulam direitos humanos, educação e literatura.

Identificamos nessas leituras como o saber faz a diferença nas múltiplas relações sociais. No século XIX, a obra literária era vista como um reflexo da sociedade e a história literária se apresentava como um apêndice da história social construída em função dos fenômenos sociais e políticos. Bakhtin (1997) ressalta que a obra literária estabelece vínculos com o conteúdo da consciência dos indivíduos receptores e só é apreendida no contexto dessa consciência, que é contemporânea das obras. A obra é interpretada no espírito desse conteúdo da consciência (dos indivíduos receptores) e recebe dela uma nova luz. É nisso que reside a importância e a vida da obra. Para o autor, em cada época de sua existência histórica, ela é levada a estabelecer contatos estreitos com a ideologia, daí a evidência da aproximação tão real e do parentesco tão vivo entre a história e a literatura.

Os professores que se formaram por volta da década de 1970 no Brasil têm clara percepção de que tiveram acesso aos cânones literários que circularam em seu tempo, considerando-se aí os interesses dos leitores e suas inclinações pessoais e sociais para os tipos de leitura circundante. Se não chegaram a ler *Dom Quixote*, *Édipo-Rei*, ou *Madame Bovary*, formaram-se canonicamente na literatura brasileira com acesso a Gregório de Matos, Vieira, Gonzaga, José de Alencar, Machado de Assis, Lima Barreto, Drummond, Graciliano Ramos e outros clássicos da língua portuguesa. Os estudantes liam autores canônicos. Os cursos de Letras apenas complementavam essa formação, aprofundando o estudo dos autores consagrados pela historiografia literária. Seria a literatura uma necessidade profunda do ser humano? Se a literatura aparece claramente como manifestação universal dos homens em todos os tempos, seja por meio do que denominamos folclore ou lenda, seja por meio das formas mais

3. Século XVIII, XIX, XX, XXI.

complexas e das difíceis nuances da produção escrita, então não há como alguém ser alijado de entrar em contato com ela. Sentimos necessidade de uma espécie de fabulação, de arte, de mitologia, do inexplicável; daí explicamos porque valorizamos as múltiplas narrativas. Especialmente neste século, temos a clareza de que a ciência não dá conta de toda a realidade e por isso buscamos outras saídas, outras possibilidades de compreensão e de entendimento do mundo e da realidade. Logo, a literatura constitui um direito e é fator indispensável à humanização, sendo a partir dessa percepção que se apresenta o propósito desse artigo: refletir sobre a leitura pública atrelada aos Direitos Humanos, constituindo campos de saberes para o conhecimento humano.

Ao ler os textos literários, os leitores dão forma aos sentimentos e à visão de mundo do autor, organizando suas perspectivas por meio das narrativas, trazendo-as para sua realidade, humanizando-se e identificando-se. A luta pelos direitos humanos passa pela luta ao acesso à arte e à literatura em todas as modalidades e em todos os níveis. Assim, propomos uma exegese das memórias e a averiguação de situações reais de comportamento dos personagens ligados à história da permanente indagação do homem diante do seu destino. Não só a educação escolar deve ser tida como forma de levar os cidadãos ao seu encontro com o encantamento da leitura. Outros espaços sociais podem agregar iniciativas de discursos e de práticas como enunciações que possibilitam a construção das ideias ligadas à expansão e à paixão pela leitura.

No meio social, há uma grande denúncia de que os jovens não leem mais. Durante muito tempo o poder político e religioso se preocupou com os perigos que uma difusão ampla da leitura poderia acarretar. Ainda no momento atual, é comum essa preocupação com o conteúdo das leituras em circulação. Não estamos nos referindo a uma literatura convencional. Os jovens leem muito, mas outros tipos de leituras, em outros suportes, de outras formas. Constroem outros subterfúgios, relacionam-se de modo diferente com a leitura e com o mundo. As crianças e jovens de outrora sabiam mais da experiência singular do que é ler sozinho, em silêncio, da dança dos personagens na embriaguês da história que é tramada nos livros.

Alguns escritores também temem que, no momento em que vivemos sob várias crises, dentre elas a crise da percepção e do desejo, ninguém mais queira saber desse território íntimo que é a leitura literária, dessa liberdade e solidão que, aliás, sempre assustaram os seres humanos. Temem também que, com o destaque que se dá à comunicação e ao comércio de informações, nos desviemos para uma concepção instrumentalista e mecanicista da linguagem. E pensamos que tenham razão para

se preocupar, uma vez que estamos diante de um mundo extremamente técnico e profissional, que se sobrepõe à moralidade e à espiritualidade humanas.

Em uma pesquisa⁴ realizada em 2014, ao recrutarmos crianças em um parque para a realização de leituras públicas que seriam feitas por elas, uma delas se recusou a participar da atividade dizendo que não estava mais frequentando a escola. Sua recusa denunciava sua ausência da escola e a percepção de que o direito à leitura está ligado apenas àqueles que estão frequentando a instituição. Mas seria a leitura um privilégio dos que frequentam a escola? O tempo de leitura estaria relacionado ao tempo de participação da criança ou jovem na instituição escolar? É exatamente sobre essa realidade que pretendemos refletir. O ato de ler é um direito fundamental, intransferível, que encontra seu fundamento no direito à educação, o qual está ancorado no princípio da dignidade da pessoa humana. Precisamos apresentar aos jovens o que significa ser leitor e as contribuições e benefícios da leitura para a transformação do ser humano.

Nessa perspectiva, tomaremos para discussão obras romanescas⁵, como *Crime e Castigo*, de Dostoievski (2001), *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós (1998), e outras, como *O Queijo e os Vermes*, de Carlo Ginsburg (1987) e *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault (1977), como suportes das questões ligadas ao ser humano e às suas peculiaridades individuais, coletivas e contextuais.

LEITURA PÚBLICA COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL E INSTRUMENTO DE HUMANIZAÇÃO

A juventude é o período da vida em que a atividade da leitura é mais intensa. Pelo menos é o que se tem comprovado até hoje pelas mais diversas razões, uma delas, o não aprofundamento no mundo do trabalho e outras responsabilidades da vida adulta, imersa no tempo do trabalho e nos fazeres cotidianos. Compreendemos que, por meio da leitura, mesmo realizada de forma esporádica, os jovens podem estar mais preparados para resistirem ao processo de marginalização e para serem mais autônomos, e não apenas objeto de discursos repressivos, paternalistas ou assistencialistas. A democratização da leitura entre os jovens pode ser revolucionária, se não continuarmos aprisionados aos velhos modelos de leitura e a uma concepção instrumentalista da linguagem. O que estamos

4. Referimo-nos a Projeto de Pesquisa desenvolvido em Universidade Federal, no ano de 2014.

5. Essas obras literárias, entre outras, foram trabalhadas no Projeto acima mencionado.

afirmando é corroborado pelas falas de graduandos do Curso de Pedagogia da UFRN, quando da recolha de dados e do desenvolvimento do projeto:

[o projeto] contribui para o resgate da cultura local, assim como no incentivo à leitura. O teatro tem uma função social, pois, no momento em que os integrantes estão engajados nas atividades cênicas, estão se distanciando das mazelas sociais. Além de estarmos imersos na literatura, compartilhando experiências e conhecimentos (ARAÚJO, 2014).

Tanto as histórias ouvidas como as dinâmicas de leituras e a revisão de textos foram muito interessantes. Ouvi duas histórias divertidas e um pouco, digamos, duvidosas. Também ouvi outra história do senhor Rivaldo Borges. As três são bastante conhecidas na cidade, pelo seu conteúdo duvidoso e fama de mentirosos dos autores das mesmas (FÉLIX, 2014).

É importante a organização de formas de leitura disseminadoras do ato e da vontade de ler nos mais possíveis e imagináveis lugares sociais. A leitura pública poderá se realizar em qualquer lugar onde caiba um livro e um leitor ciente de seu direito cidadão, de sua liberdade de ler. E quando associada à prática do teatro e da contação de histórias, essa experiência ganha novas interpretações e saberes.

A educação em direitos humanos requer uma visão mais ampla do que significa educar. Não a tomaremos no sentido estrito do ensino formal, porque um conceito como o de direitos humanos é elaborado e difundido por diferentes ambientes de circulação textual. Ele não surge de uma única vez ou de uma vez por todas, como afirma Bobbio (1992). Retomando a leitura pública como um direito humano, podemos situá-la no direiro à educação. A educação é um direito fundamental e cabe ao Estado o dever de assegurá-lo; a educação envolve a ideia de processo e de reconstrução. Nessa interpretação, a educação se transforma em serviço público essencial: obrigatória, gratuita e universal, ministrada pelo Estado; impossível confiá-la a particulares, pois correríamos o risco da exclusão da maioria dos seus beneficiários, o que possibilitaria a perpetuação das desigualdades sociais historicamente acumuladas.

A educação é concebida como um ato de formação da consciência – a partir dos conhecimentos, dos valores, do exercício da compreensão. Educar é promover o entendimento do mundo, de si mesmo e do outro, ou seja, da inter-relação entre o homem e o mundo. Ela pode ser essa compreensão real, que capta os mecanismos que, efetivamente, são produzidos e reproduzidos pelos homens no seu processo concreto de vida, ou, ao contrário, pode ser uma visão alienada ou distorcida, que, ao invés de

permitir a compreensão da realidade e das relações que se processam na sociedade, ocupa um espaço indeterminado ou indiferente, o que contribui para a formação de concepções ilusórias ou ingênuas sobre o conhecimento, a vida, a realidade.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007) tem demonstrado que a contribuição do ensino superior na área da educação em direitos humanos implica um compromisso com princípios democráticos e de cidadania, podendo fomentar a melhoria das condições de vida das pessoas pelo acesso ao conhecimento e a outros benefícios. Compreendemos, então, que o acesso à amplitude da leitura pública a todos os cidadãos contribuirá para a satisfação das demandas apresentadas pela juventude, sendo a leitura concebida como direito humano, provocando o envolvimento de leitores sociais, conscientes da importância do consumo de um bem cultural inalienável. Os benefícios desse acesso, além dos saberes e experiências, traduzem-se, também, no encantamento, na criatividade e na expressão poética, contribuindo para a construção de si e para outras formas de compreensão da realidade.

O ato de ler constitui uma abertura para a linguagem do outro quando se vivencia formas inovadoras sobre as múltiplas dimensões envolvidas na experiência da leitura, no papel fundamental que ela pode representar para a construção e reconstrução do sujeito. Na discussão acerca da leitura, encontra-se o trabalho com o corpo e com a voz.

Segundo Miller (2007), é necessário um contato aberto aos sentidos para que o texto seja experimentado; esse contato se dá entre a carne da palavra e a carne do(s) sujeito(s). Portanto, abordar um texto não provando sua aspereza ou maciez, isto é, sua materialidade, significa negligenciar a existência de um contato, uma frieza, um distanciamento e uma negação do outro que aparece no texto. Esse outro com quem conversamos ao ler não está morto no mundo dos papéis pintados com tinta. Ali está alguém que pensa, que nos ofertou suas ideias, que trabalhou, escreveu e nos presenteou com seu esforço. Nessa compreensão, o tempo da escola não é necessariamente o tempo da leitura, do desenvolvimento dessa experiência, ou o tempo de desenvolver essa sensibilidade, embora saibamos que grande parte da atividade leitora se desenvolve na escola.

Para se experimentar um texto, é necessário não somente colocar a atenção nos sentidos, mas também abrir à escritura os sentidos do corpo. Não devemos formar o leitor arrogante que se impõe ao texto ou aquele que adormece ao ler, fazendo do escrito seu servo, colocando-o a serviço de seus propósitos. O leitor que escuta é aquele que se dobra à produção, que se abre para as suas interpelações, para suas provocações, deixando que o texto se apodere dele; leitor para quem a obra é solo movediço, que demole suas certezas, que as deixa em plena ruína, que coloca em

xeque o que ele pensa, que dele concorda e discorda, que o intriga, que faz aliança com ele, que anuncia guerra e/ou propõe apaziguamento. Para ler é preciso se entregar ao texto, prestar ouvidos, sentir, jogar o jogo das palavras, das cenas, dos movimentos dos personagens, da paisagem em que se dá a cena. Podemos viajar a lugares distantes, sem, no entanto, sair do lugar, passar férias na Rússia sob o itinerário de Dostoievski ou em Moçambique pelas mãos de Mia Couto.

Foram esses os desafios que vivenciamos quando do desenvolvimento do projeto acima referenciado, ao lermos e tornarmos públicos aos educandos os títulos de literatura nacional e internacional. Nessa trajetória, iniciamos por *Crime e Castigo* (DOSTOIEVSKI, 2001), que é um dos romances mais importantes não só da obra de Dostoievski (1891-1881) como da própria literatura universal. Para compreendê-lo, temos que entrar inexoravelmente no universo cultural e geográfico russo, inteirar-se do drama do estudante Raskolnikov, e, assim, termos a certeza de que estamos diante de um grande romance.

A obra trata de um processo criminal que se originou com o assassinato de uma senhora de nome Lisavieta pelo estudante Raskolnikov, crime que chamou a atenção dos instrutores do processo e dos juízes envolvidos, por causa da singularidade pormenorizada dos acontecimentos relatados, pela fidelidade da versão apresentada e pela frieza do assim chamado criminoso, mediante as pretensões de roubo que o fizeram planejar, preparar e executar o crime.

A excepcionalidade com a qual foi visto o processo criminal adveio do comportamento do criminoso perante o tribunal. As narrativas revelam que o mesmo se manteve firme e fiel às declarações da ação criminosa sem omitir nenhum detalhe ou falsear rastros e circunstâncias; ele tampouco se esforçou para se defender do crime de roubo e de homicídio de que era acusado. Juízes e psicólogos da época emitiram pareceres de que este seria um caso diferente, que não se enquadrava nos termos de assassinato e de roubo corriqueiros, e que Raskolnikov se apresentava em um estado ocasional de loucura incomum.

O réu confessou sua situação de miséria e de desamparo, somada à sua fraqueza de caráter e de desorientação frente à pobreza iminente, às privações e às frustrações que vivenciara naquele momento. O arrependimento o fizera se calar diante das acusações que lhe eram feitas e por isso se omitira de realizar qualquer esforço em defesa da justiça de suas ações. O fato pesou decididamente na sentença proferida a seu favor por se entender que todas as circunstâncias estranhas e especiais foram levadas em consideração.

A atualidade da narrativa de *Crime e Castigo* faz-se presente nas discussões hoje levantadas sobre os resultados dos processos criminais e as sentenças condenatórias prolatadas, ressaltando-se as peculiaridades do tempo e da sociedade, bem como as afinidades e dessemelhanças entre o ficcional e a realidade.

Em *O Crime do Padre Amaro* (QUEIRÓS, 1998), além da crítica feroz desferida contra o clero, o autor versa também sobre outro tabu da época, que se cristalizava em torno da sexualidade. Uma das características da escola literária de que Eça de Queirós participava era dar ênfase ao erotismo que domina os personagens envolvidos, apregoando o determinismo segundo o qual os seres humanos são submetidos ao condicionamento pela herança, pelo meio social e pelo contexto histórico; tudo isso regeria seu comportamento. Isso significa que, embora os personagens tentem, num primeiro momento, prender-se a um padrão moral mediado pela consciência, acabam agindo pelos impulsos naturais de sobrevivência da espécie, principalmente o desejo sexual.

Na trama, os ciúmes publicados anonimamente nos jornais denunciam o comportamento “amoral” de alguns padres da igreja da cidade de Leiria, em especial o padre Amaro, envolvido pelas paixões e pelos encontros amorosos com Amélia, que, ao engravidar, foi obrigada a se casar com outro, caso comum na história do matrimônio desse tempo, tanto na vida real quanto nas narrativas romanescas. Naturalmente, ela se revolta com a ideia, mas decide aceitar, desencadeando o ciúme do amante. Independente do casamento, eles decidem continuar se encontrando, apesar de todo o perigo de serem descobertos mais uma vez. Trata-se de uma narrativa de paixões, separação, proibição, ocultamento, fuga, morte e remorso.

Já *O Queijo e os Vermes* (GUNZBURG, 1987) aborda o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição; é uma das obras mais lidas e estudadas nos últimos tempos e uma fonte riquíssima para se compreender as questões humanas em voga nas sociedades. O livro narra a história de Domenico Scandella, dito Menocchio. É um escrito historiográfico com uma narrativa extraordinária, em que devemos reconhecer um fragmento despercebido, porém surpreendente, da realidade (em parte obliterada), e que coloca implicitamente uma série de indagações para nossa própria cultura e para nós. O historiador mostra que havia uma cultura oral que era patrimônio não apenas de Menocchio, mas também de um vasto segmento da sociedade do século XVI. Em consequência, uma investigação que no início girava em torno de um indivíduo aparentemente fora do comum acabou resultando numa hipótese geral sobre a cultura popular e, mais precisamente, sobre a

cultura camponesa da Europa pré-industrial, uma era marcada pela difusão da imprensa e pela Reforma Protestante (e sua repressão nos países católicos). Pode-se ligar essa hipótese àquilo que já foi proposto, em termos semelhantes, por Mikhail Bakhtin (1997), e que é possível resumir no termo circularidade entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas.

Pelo aprofundamento destas obras, estudando categorias subjacentes ao comportamento humano e às manifestações humanas diante dos conflitos, das crises e de outras circunstâncias da vida, foi possível compreender formas de comportamentos sociais e as relações humanas que se desenvolvem em diferentes contextos e momentos históricos. Os jovens que participaram da pesquisa vivenciaram essa experiência, sentiram empatia pelos personagens e mergulharam em suas histórias. Em outros momentos, não encontraram identificação alguma e apontavam ou sugeriam um outro rumo ou sentido às narrativas. No depoimento de um dos graduandos⁶ participantes da pesquisa, percebemos a construção dessa empatia com a leitura: “estamos fomentando esse interesse pelos debates sobre obras literárias, atividades dinâmicas, reflexões acerca de temas abordados nas intervenções, buscando sempre fazer com que os alunos interajam ativamente” (DANTAS, 2014).

Em seu livro *A invenção dos Direitos Humanos*, no capítulo “Romance e empatia”, Lynn Hunt (2009) enfatiza:

Romances como *Júlia* levaram os leitores a se identificar com personagens comuns, que lhes eram por definição pessoalmente desconhecidos. Os leitores sentiam empatia pelos personagens, especialmente pela heroína ou pelo herói, graças aos mecanismos da própria forma narrativa. Por meio da troca fictícia de cartas, em outras palavras, os romances epistolares ensinavam a seus leitores nada menos que uma nova psicologia e nesse processo estabeleciam os fundamentos para uma nova ordem política e social. [...] Dessa forma a leitura de romances criava um senso de igualdade e empatia por meio do envolvimento apaixonado com a narrativa (HUNT, 2009, p. 37).

A autora assinala que a capacidade de empatia é universal, porque está arraigada na biologia do cérebro: depende de uma capacidade de base biológica, a de compreender

6. Do projeto participaram graduandos do curso de Pedagogia/UFRN e estudantes do ensino médio, sendo investigados, além de obras literárias, textos de acervos pessoais, como correspondências, manuscritos, primeiras edições de livros, periódicos e documentos de várias naturezas, material encontrado em bibliotecas públicas e particulares.

a subjetividade de outras pessoas e ser capaz de imaginar que suas experiências interiores são semelhantes às nossas. A leitura pode ser a chave para uma série de transformações, em diferentes âmbitos, contribuindo sobretudo para uma recomposição das representações, das identidades e das relações de pertencimento. Pode ser também o prelúdio para uma cidadania ativa. O fato dela suscitar medos e resistências não deve causar surpresas. Os seres humanos têm uma relação muito ambivalente com o movimento, a novidade, a liberdade, o pensamento, que podem ser, por outro lado, objetos de fortes desejos, mas também de medos associados a esses desejos.

As reflexões acerca dos direitos humanos devem estar aliadas a uma espécie de leitura literária de escolha do cidadão, escolha nascida de sua paixão e vontade de entrar no universo desafiador do texto, com seus personagens, suas tramas, suas paisagens. Textos literários que nem sempre aparecem nos currículos escolares, mas que, quando aparecem, geralmente vêm carregados da obrigatoriedade e da ausência de magia, quebrada pelo paradigma da organização dos currículos.

De onde vem a paixão pela leitura? Como explicar essa paixão no sujeito leitor em cujo ambiente familiar jamais foi visto um livro, uma revista, uma só conversa sobre coisas desse gênero? Na pesquisa que realizamos, conhecemos jovens excluídos de um ambiente favorável à leitura, mas que aos quinze anos já haviam lido toda a obra de José de Alencar, e não por alguma orientação escolar, mas por uma dessas leituras passadas pela misteriosa vontade da mãe, somada aos incentivos dos amigos e às brincadeiras aleatórias das ruas.

Causou profunda impressão percebermos o quanto os jovens são motivados pelas discussões, o quanto sonham com a oportunidade de se expressar.

O maior contexto de referência para esses jovens é a família “no exercício de seu poder interno ou na gestão da sua economia; a família no jogo conflituoso com as instituições que lhe são vizinhas ou que a apoiam, [...] a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc.” (FOUCAULT, 2002, p. 72). Segundo Foucault, esse “indivíduo a corrigir” está no limite da indizibilidade: é difícil determiná-lo porque ele estaria muito próximo da regra e seu aparecimento é muito frequente; ele seria inassimilável ao sistema normativo de educação.

Ao ouvir os leitores, percebemos que a reorganização de um universo simbólico pode contribuir para que os jovens realizem algumas transformações, reais ou simbólicas, em diferentes campos: transformações no percurso escolar e profissional que lhes permitem ir mais longe do que a programação social poderia levá-los; na representação que têm de si mesmos; na maneira de se pensar,

se dizer, se situar; no tipo de relações estabelecidas com sua família, seu grupo e sua cultura de origem; nos papéis que lhes foram atribuídos pelo fato de terem nascido menino ou menina; nas formas de sociabilidade e solidariedade; na maneira de morar e de perceber o bairro, a cidade, o país em que vivem.

A leitura contribui assim para que os jovens se tornem mais atores de suas vidas, mais donos de seus destinos e não somente objetos do discurso dos outros. Ajuda-os a sair dos lugares prescritos, a se diferenciar dos rótulos estigmatizantes que os excluem.

Uma cidadania ativa não é algo que se dá prontamente, é algo que se constrói. A leitura pode contribuir em todos os aspectos que mencionamos: acesso ao conhecimento, apropriação da língua, construção de si mesmo, extensão do horizonte de referência, desenvolvimento de novas formas de sociabilidade. Por meio da difusão da leitura, cria-se um certo número de condições propícias, necessárias, mas não suficientes para o exercício ativo da cidadania.

Trata-se de um direito elementar, uma questão de dignidade. E é claro que se poderá recorrer outra vez aos livros em outros momentos da vida. Ora, se o papel da leitura na construção de si mesmo é particularmente sensível na adolescência e na juventude, pode ser igualmente importante em todos os momentos da vida em que devemos nos reconstruir: quando somos atingidos por uma perda, uma angústia, um luto, uma doença, um desafeto, o desemprego, uma crise, todas as provas de que são constituídos nossos destinos, todas as coisas que afetam negativamente a representação que temos de nós mesmos, que afetam o sentido de nossa existência.

Os livros, em particular os de ficção, abrem-nos as portas para um outro espaço, um novo cenário, uma outra maneira de pertencer ao mundo. Segundo Michèle Petit (2008), eles nos abrem as portas também para um outro tempo, em que a capacidade de sonhar tem livre pulso e permite imaginar, pensar outras possibilidades, organizar um tempo para si mesmo, tempo de possibilidade, de ócio. Quando lemos, podemos dispor de nosso tempo e não do tempo dos outros. Uma das características do tempo atual está em ser sujeito alheio das próprias vontades, inconscientemente fazendo as vontades dos outros, às vezes sem sentido verdadeiro que preencha a alma.

O trabalho social que remete à leitura pública em espaços indeterminados inclui o planejamento de projetos com textos literários, epistolares, jornalísticos, publicitários, humorísticos, contos, folhetos, cartazes, entre outros; e pode incluir outros títulos além dos já mencionados, como *Guerra e Paz*, *Os Miseráveis* e títulos que tratam do papel do mentiroso nas abordagens literárias e teatrais, a exemplo de *O Auto da Compadecida*, *O Cortiço* e *O Noviço*.

Tivemos, com o projeto, a pretensão de propiciar um encontro entre os cidadãos e os textos, criando espaços e situações para melhorar a qualidade da leitura, com adequação, tranquilidade e autonomia, na perspectiva de possibilitar transformações na forma de pensar, agir e trocar experiências, tais como, por exemplo, ler um livro ao invés de comprar um tênis de última geração.

O estado atual do desenvolvimento da linguística textual e de outras disciplinas que convergem no estudo dos discursos coloca em evidência a preocupação em estabelecer uma tipologia de textos, o que nos orienta a priorizar (e neste caso priorizamos) os textos literários, pela sua intencionalidade estética.

Um dos títulos indispensáveis nos estudos acadêmicos é a obra *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1977), por discutir a docilização dos corpos e as mudanças que marcaram a passagem das sociedades de soberania para as sociedades disciplinares; ela é fundamental para se entender as transformações políticas, culturais e educacionais da nova ordem social. Ela nos informa sobre o alvo do poder: “corpos dóceis que se manipulam, se modelam, se treinam, que obedecem, respondem se tornam hábeis ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 1977, p. 125).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Títulos literários bem orientados, lidos e vivenciados pelo leitor podem fazer grande diferença na metamorfose das libertações da mente e do corpo enquanto dimensões criativas do ser, elevando assim a condição humana e cidadã e todas as manifestações dela advindas. Essa compreensão é resultante das experiências vividas pelos organizadores e orientadores do projeto desenvolvido. Uma vez vivenciadas as práticas de leitura literária no decorrer da vida, alguns tendo se iniciado na leitura ainda na infância, tem-se uma soma de experiências bastante significativas, que em muito colaboram para a orientação e influencia de novos leitores, quer estejam ou não na educação formal.

Convém salientar que o incentivo à leitura durante a realização do projeto foi impulsionado pela prática de outras ações coadjuvantes, a exemplo da contação de histórias, da conversação e das encenações teatrais. Dessa forma, partia-se ou chegava-se sempre ao livro a ser lido, imaginando personagens, acontecimentos e cenários.

Existem formas espontâneas de compartilhar as experiências com a leitura, tais como: pessoas que trocam livros, que conversam sobre eles, que leem para outras, que presenteiam. E por meio dessas redes de sociabilidades, com frequências flexíveis e múltiplas, circulam ideias, que suscitam processos de humanização, de construção e

de leitura de si. Nesse sentido, a leitura, além de um direito fundamental, é um bem essencial para a continuidade da vida como projeto concreto e como ficção.

As questões sobre direitos humanos, presentes nos discursos produzidos no campo da educação e da sociedade, no século XXI, geralmente dão visibilidade aos enunciados relacionados ao acesso ao saber, à literatura, à humanização, à cidadania e à construção de si. Quem lê cresce, se transforma, se reconstrói, se educa, enxergando o que está além do olho biológico; desperta regiões nebulosas até então adormecidas, manifestando lembranças escondidas. Vive a revelação de sensações e sentimentos que não se saberia expressar e que começam a modificar as formas de viver e sentir. A maleabilidade das fronteiras do conhecimento pode ser propulsora do envolvimento com a leitura e do renascimento da paixão por ela, formando uma juventude apreciadora das construções e das significações verbais de cunho literário, o que pode melhorar a compreensão de si e da realidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ícaro Matheus de. **Entrevista sobre o ato de ler**. [Entrevista cedida a] Grinaura Medeiros de Moraes. Caicó, RN, 30 nov. 2014.
- BAKTIN, Mikail. **Estética da criação verbal**. Os gêneros do discurso. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Câmpus, 1992.
- DANTAS, Iara Layse. **Entrevista sobre o ato de ler**. [Entrevista cedida a] Grinaura Medeiros de Moraes]. Caicó, RN, 10 jun. 2014.
- DOSTOIEVSKI, Fiodor. **Crime e castigo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- FÉLIX, Leonardo Cleriston Nóbrega. **Entrevista sobre o ato de ler**. [Entrevista cedida a] Grinaura Medeiros de Moraes]. Caicó, RN, 5 maio. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. 5. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MILLER, Jussara. **A escuta do corpo: sistematização da Técnica Klauss Vianna**. SP: Summus, 2007.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura:** uma nova perspectiva. Tradução de Celina Olga de Souza.

São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 2008.

QUEIRÓS, Eça. **O crime do padre Amaro.** São Paulo: Ática, 1998.

SOBRE AS AUTORAS

Grinaura Medeiros de Morais é Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Educação. Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES. Tem Doutorado em Educação (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e Pós-Doutorado em Educação em Direitos Humanos (Universidade Federal da Paraíba). Tem experiência nas áreas de Educação e Educação em Direitos Humanos, com pesquisa nos seguintes temas: Formação de Professores, História e Memória, Ensino de História para o Ensino Fundamental, Educação e Direitos Humanos.

E-mail: grinauraufm@yahoo.com.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0769-6146>.

Maria Elizete Guimarães Carvalho é Professora do Departamento de Fundamentação da Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. Tem Pós-Doutorado em Política Educativa pela Universidade do Minho/PT. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É vinculada aos Programas de Pós Graduação em Educação e em Direitos Humanos, UFPB, com Experiência nas áreas de Educação e Direitos Humanos e com pesquisa nos seguintes temas: Formação de Professores, História e Memória da educação, Educação e Direitos Humanos.

E-mail: mecarvalho23@yahoo.com.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8331-837X>.

Recebido em 15 de janeiro de 2022 e aprovado em 30 de setembro de 2022.